

Sexta-Feira, 05 de Junho de 2026

A herança escravocrata no Brasil

JOEL MESQUITA

A exploração do trabalho barato no Brasil não é um acidente — é um modelo. Ela se sustenta numa combinação de desigualdade histórica, conveniência econômica e uma mentalidade que, em muitos casos, nunca se desvinculou completamente da lógica hierárquica herdada do período escravocrata. E esse modelo não produz apenas pobreza: ele alimenta um ciclo mais amplo de exclusão que se reflete, entre outros aspectos, no aumento da criminalidade e da violência urbana.

A baixa remuneração do trabalho no Brasil não pode ser explicada apenas por produtividade ou “mercado”. Trata-se também de uma escolha política e cultural: há uma tolerância social muito maior à desigualdade.

Enquanto em países como Noruega, Suécia e Dinamarca o trabalho — mesmo o mais simples — é remunerado de forma digna e integrado a um sistema de proteção social robusto, no Brasil ainda se naturaliza que milhões trabalhem muito e ganhem pouco. Lá, o custo do bem-estar é distribuído; aqui, o custo da desigualdade é empurrado para os mais vulneráveis — e frequentemente reaparece na forma de insegurança social.

Ignorar essa conexão é conveniente, mas perigoso. Quando grandes parcelas da população vivem com poucas oportunidades reais de mobilidade, o discurso meritocrático perde credibilidade e abre espaço para frustração, informalidade e, em alguns casos, caminhos ilícitos. Isso não significa justificar o crime, mas compreender que uma sociedade profundamente desigual cria condições mais propícias para sua proliferação.

Essa diferença não é apenas econômica, mas moral. Nos países escandinavos, há uma ideia forte de que dignidade não pode depender da posição social. No Brasil, parte da elite ainda opera sob uma lógica implícita de que certas pessoas “devem” servir — e servir barato. Isso se manifesta de forma particularmente evidente na relação com trabalhadores domésticos.

O fato de ainda ser comum ter empregadas domésticas em tempo integral, muitas vezes com baixos salários e condições precárias, revela o quanto a herança escravocrata não foi plenamente superada. Não se trata apenas de renda, mas de mentalidade: a normalização da subordinação — e da desigualdade como regra.

Ao mesmo tempo, há contradições importantes dentro do próprio mundo do trabalho. Por que certos setores do serviço público operam com jornadas rígidas de 40 horas semanais, estabilidade e benefícios que estão muito acima da realidade da maioria da população? A questão não é atacar o direito a boas condições — que deveriam ser universais —, mas questionar por que esses padrões não se expandem para o restante da sociedade. O problema não é o privilégio existir; é ele ser restrito — especialmente em um contexto onde a maioria enfrenta insegurança econômica e alimentar.

E o topo da estrutura? Trabalhadores do alto escalão do governo frequentemente operam com remunerações elevadas, auxílios diversos e pouca conexão com a realidade do trabalhador comum. Como justificar essa

distância num país onde grande parte da população luta para fechar o mês? A desconexão alimenta não apenas a descrença institucional, mas também um sentimento difuso de injustiça — terreno fértil para tensões sociais.

Por fim, é inevitável voltar à responsabilidade individual dentro desse sistema.

Quem paga salários indignos, quem informaliza relações de trabalho, quem explora diaristas e empregadas domésticas também participa ativamente da manutenção desse modelo. Não é apenas um problema “do governo” ou “das elites distantes” — ele se reproduz no cotidiano.

Se há algo a aprender com os países escandinavos, não é copiar políticas isoladas, mas entender a base: uma sociedade que não aceita que o trabalho seja sinônimo de precariedade — nem que a desigualdade seja tratada como algo normal.

Porque, no fim, o custo dessa normalização não é apenas econômico: é social, institucional e humano. A questão central permanece: queremos uma economia eficiente às custas da dignidade, ou uma sociedade que considere a dignidade como ponto de partida?

Joel Mesquita é *sociólogo*.